

CHAPA BIÊNIO 2015-2017

ANPEd - Resistência e Movimento.

Estamos passando por um período grave e complexo nas esferas da política e da economia que tem consequências para o país, as políticas públicas e o debate educacional. A crise internacional, percebida inicialmente nos Estados Unidos e nos países mediterrâneos, vem persistindo desde 2008. Acompanhamos seus desdobramentos na Grécia, por exemplo, e, em 2015, ela ganhou a cena central na economia brasileira. Aliado a isto, vivemos uma crise política que requer pesquisa e debate para que interpretações sólidas a respeito dos conflitos sociais no Brasil possam, quiçá, ajudar a compreender os movimentos contraditórios que assistimos, em especial, a onda conservadora que ganha espaço na sociedade brasileira, materializada em manifestações anticorrupção com motivações golpistas e pela volta ao regime militar; manifestações racistas, homofóbicas e de intolerância religiosa, que, em boa parte, estão articuladas contra a ampliação das ações das mulheres na sociedade. Em contraponto a esta realidade, entra na disputa movimentos em defesa da democracia e manifestações legítimas contra o ajuste fiscal, ajuste que penaliza os setores mais empobrecidos da população brasileira. Se não é um cenário fácil para a disputa política, também não é fácil para a produção de conhecimento.

No campo educacional, as contradições não são menores. A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) incorporou a necessidade de expansão dos fundos públicos para a educação e estabeleceu a meta de 10% do PIB, porém, tais recursos, a serem garantidos, podem ser direcionados tanto ao setor público como ao privado, o que indica um cenário de acirramento das disputas quanto à sua alocação e como eles serão efetivamente executados. A problemática público-privado está presente também em outros embates, tais como na definição de uma Base Nacional Comum para os currículos da Educação Básica, explicitando-se uma proximidade excessiva de fundações privadas com o MEC, o que pode acarretar consequências graves para a Escola Pública nos moldes em que a defendemos.

Ao mesmo tempo, a ampliação de vagas na Educação Superior, com alguns ganhos de inclusão trazidos por políticas de cotas sociais e raciais nas Universidades Públicas, e a interiorização do sistema Federal com novas IFES convivem com a expansão das instituições privadas com financiamento público, seja via PROUNI ou pela via do FIES, ao lado de corte de recursos de mais de dois bilhões para as IFES só em 2015, e uma grande redução

orçamentária para 2016, prevista no Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional.

Nesse contexto, contraditoriamente, a despeito do contido no PNE 2014-2024 – do potencial crescimento da participação da educação no orçamento público, a pesquisa e a pós-graduação sofreram um golpe com o contingenciamento dos recursos de custeio que compromete as condições de trabalho em todos os programas, além disso foi um ano com poucos editais das agências de fomentos e muitos problemas de execução dos recursos. A situação é agravada quando informações especulativas tensionam o cenário, a exemplo do risco de fusão do CNPq com a CAPES, medida que poderia ferir gravemente a organização da pesquisa e da pós-graduação no país.

O desafio da Anped é complexo. Nossa associação representa, desde seu nascedouro, o campo da pesquisa e da pós-graduação em educação, o que lhe permite mobilizar e organizar um conjunto de conhecimentos que sustentam a defesa da educação pública brasileira de qualidade, laica, democrática, comprometida com a justiça social e com o combate a qualquer tipo de discriminação. Isto significa que nossa agenda é ampla. A vitalidade de nossa associação se materializa, fundamentalmente, por meio dos 23 GTs e do Comitê Científico, que são pólos fecundos de discussão, produção e disseminação de conhecimento, em praticamente todos os campos do debate educacional; do FORPRED, espaço político institucional dos Programas de Pós-Graduação; do FEPAE, espaço de articulação dos editores de periódicos de educação.

Esta capilaridade é o nosso potencial para continuarmos as disputas em muitas frentes:

- No contexto da pesquisa, com atuação junto aos órgãos de fomento e grupos de pesquisas, estimulando e acompanhando os debates no âmbito da Comissão Nacional de Ética na Pesquisa e no Fórum de Ciências Humanas e Sociais junto ao CNPq;
- No contexto da pós-graduação, realizando o acompanhamento e a avaliação da agenda das agências de fomento, em especial no âmbito da CAPES, para discussão dos processos de avaliação e regulação dos programas;
- No contexto da política educacional ampla, representando as associações científicas no Fórum Nacional de Educação, espaço privilegiado para o debate e acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do Plano Nacional de Educação e das demais políticas para a área educacional.

Estes são espaços múltiplos, com possibilidades e limitações, que exigem um amplo trabalho coletivo para ocupá-los, tanto para marcar quanto para construir posições.

Frente a isto, este grupo de associadas e associados propõe-se a continuar o trabalho de articulação da ANPEd em defesa da pesquisa e da pós-graduação em educação. É preciso reafirmar o compromisso de combate às desigualdades e assimetrias na sociedade brasileira, para esta tarefa nos comprometemos com:

- A defesa do direito à educação de qualidade e a defesa da pesquisa e da pós-graduação em educação, em todos os espaços, destacando os fóruns de debates institucionais específicos;
- A defesa da gestão democrática e participativa da política educacional em todos os espaços institucionais;
- A participação no debate, monitoramento e avaliação dos planos nacionais como Política de Estado: Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social Sustentável – 2011/2020, Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) – 2011-2020 e Plano Nacional de Educação – 2014-2024, desenvolvendo processos de acompanhamento e avaliação dessas ações;
- A defesa da qualidade da pesquisa e da pós-graduação no diálogo e na construção de cooperação com agências de fomento visando à superação das desigualdades e assimetrias entre as áreas do conhecimento e regiões;
- A defesa do aumento e democratização do financiamento para pesquisas no campo da educação; e,
- A interlocução entre a Anped e demais associações científicas de pesquisa e pós-graduação, nacionais e internacionais.

Imbuídos desses compromissos, entendemos que são ações estratégicas:

- Garantir e consolidar as condições de diálogo democrático na organização e gestão da Anped;
- Trabalhar de forma articulada com o Forpred e o Fepae, tendo em vista o aperfeiçoamento constante da pós-graduação, da pesquisa e da divulgação científica por meio dos veículos de publicação na área;
- Definir estratégias de comunicação que possibilitem ampliar o alcance da Anped e da produção científica da área na sociedade brasileira, via fortalecimento e aprimoramento do Portal da Anped, mas também com ações articuladas a outras formas de comunicação e disseminação;

- Ampliar o quadro de associados da Anped de modo a fortalecer a entidade;
- Desenvolver projetos, convênios e ações com órgãos públicos que se coadunem com a perspectiva e compromisso de fortalecimento da pesquisa em educação;
- Dar continuidade as ações que garantam condições para a produção, a divulgação e a circulação, nacional e internacional, da Revista Brasileira de Educação - RBE;
- Apoiar e fortalecer a organização das Reuniões Científicas Regionais da Anped;
- Atuar junto às agências de fomento e apoiar o Fórum de Ciências Humanas e Sociais na defesa da área da educação e no fortalecimento da pesquisa no Brasil;
- Fortalecer as ações de preservação da memória da Anped pelo incremento e disseminação do acervo da Associação;
- Definir uma política que favoreça a relação da ANPEd com os profissionais da Educação Básica.

Composição da chapa para Candidatura à gestão 2016-2017 da ANPED

Diretoria

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR) – presidente

Vera Lúcia Jacob Chaves (UFPA) – vice-presidente Norte

Isabel Maria Sabino de Farias (UECE) – vice-presidente Nordeste

Maria Dilneia Espíndola Fernandes (UFMS) – vice-presidente Centro Oeste

Carlos Eduardo Ferraço (UFES) – vice-presidente Sudeste

Geovana Mendonça Lunardi Mendes (UDESC) – vice-presidente Sul

Paulo César Rodrigues Carrano (UFF) – primeiro secretário

Miriam Fábila Alves (UFG) – segunda secretária

Mário Luiz Neves de Azevedo (UEM) – diretor financeiro

Conselho Fiscal

Alfredo Macedo Gomes (UFPE)

Inês Barbosa de Oliveira (UERJ)

Márcia dos Santos Ferreira (UFMT)

Suplentes Conselho Fiscal

José Marcelino Rezende Pinto (USP)

Ivanilde Apoluceno de Oliveira (UEPa)

Geraldo Magela Pereira Leão (UFMG)